

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO AGENTE TRANSFORMADOR NO TERRITÓRIO DO GRAJAÚ

HISTORY EDUCATION AS A TRANSFORMATIVE AGENT IN THE GRAJAÚ TERRITORY



ANA CAROLINE SOUSA DE ARAÚJO

Professora de Ensino Fundamental II – História– na EMEF Teodomiro Toledo Piza, Des. Pós-Graduação em Arte Educação– Universidade Senac– (2021 – 2022) Pós-graduação em Ensino Lúdico e Práticas Pedagógicas– Universidade Sumaré – (2022 – 2023) Licenciatura em Pedagogia, Universidade Sumaré (2018–2020) Licenciatura em História, Universidade Sumaré (2019–2022) Pós-Graduação em Administração em Marketing, Universidade Mackenzie (2010–2012) Bacharel em Turismo, Universidade Paulista (UNIP) (2005–2009)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o papel do ensino de História como agente transformador no território do Grajaú, destacando sua contribuição para a formação cidadã, o fortalecimento da identidade cultural e a valorização da memória coletiva da comunidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos educacionais e estudos relacionados ao ensino de História, à educação crítica e à construção das identidades socioculturais em contextos territoriais específicos. Foram examinadas contribuições teóricas que discutem a importância da escola e do ensino histórico na compreensão da realidade social, na valorização dos saberes locais e na promoção da participação dos estudantes em processos de transformação social. Os resultados esperados apontam que o ensino de História pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência histórica e do sentimento de pertencimento dos estudantes ao território do Grajaú. Espera-se demonstrar que o estudo da história local, associado à reflexão sobre questões sociais, culturais e econômicas da comunidade, favorece a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na sociedade e capazes de atuar na construção de uma realidade mais justa e democrática. Conclui-se que o ensino de História possui um importante potencial transformador quando vinculado às experiências, memórias e desafios vivenciados pela comunidade escolar. Nesse sentido, a valorização do território do Grajaú como espaço de aprendizagem fortalece a identidade local, amplia o diálogo entre escola e comunidade e contribui para a formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com o desenvolvimento social e cultural de seu contexto.

Palavras-chave: Ensino de História; Transformação Social; Território do Grajaú; Identidade Cultural; Consciência Histórica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of history education as an agent of transformation in the Grajaú territory, highlighting its contribution to civic engagement, the strengthening of cultural identity, and the valuing of the community's collective memory. The research was conducted through a literature review based on books, scientific articles, educational documents, and studies related to history education, critical pedagogy, and the construction of sociocultural identities within specific territorial contexts. Theoretical contributions were examined regarding the importance of schools and history education in understanding social reality, valuing local knowledge, and fostering student participation in processes of social transformation. Expected results indicate that history education can significantly contribute to the development of critical thinking, historical consciousness, and a sense of belonging among students regarding the Grajaú territory. The study aims to demonstrate that the study of local history—combined with reflection on the community's social, cultural, and economic issues—fosters the development of individuals who are more aware of their role in society and capable of acting to build a fairer and more democratic reality. It is concluded that history education holds significant transformative potential when linked to the experiences, memories, and challenges faced by the school community. In this sense, valuing the Grajaú territory as a learning space strengthens local identity, expands dialogue between the school and the community, and contributes to the formation of critical, participatory citizens committed to the social and cultural development of their context.

Keywords: History Education; Social Transformation; Grajaú Territory; Cultural Identity; Historical Consciousness.

INTRODUÇÃO

O ensino de História exerce um papel fundamental na formação dos indivíduos, pois possibilita a compreensão das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que moldam a sociedade ao longo do tempo. Mais do que transmitir conhecimentos sobre acontecimentos passados, essa disciplina contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, da cidadania e da capacidade de reflexão sobre a realidade vivenciada pelos estudantes. Nesse sentido, a escola assume uma função relevante na formação de sujeitos capazes de compreender seu contexto social e atuar de maneira participativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No território do Grajaú, marcado por uma rica diversidade cultural, histórica e social, o ensino de História pode constituir-se em um importante instrumento de valorização das identidades locais e de fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e a escola. Ao abordar aspectos da história local, das memórias coletivas e das experiências vividas pelos moradores da região, o processo educativo torna-se mais significativo, permitindo que os estudantes reconheçam seu papel como agentes históricos e sociais.

Além disso, o ensino de História favorece a compreensão dos desafios e potencialidades presentes no território, estimulando reflexões sobre questões relacionadas à cidadania, inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento comunitário. Por meio da análise crítica dos acontecimentos históricos e de suas relações com o presente, os alunos podem ampliar sua percepção sobre a realidade e desenvolver competências essenciais para a participação ativa na vida social.

Dessa forma, o ensino de História ultrapassa os limites da sala de aula e assume uma dimensão transformadora, contribuindo para a construção da identidade individual e coletiva dos estudantes. Ao promover o conhecimento sobre o passado e sua relação com o presente, a disciplina fortalece o sentimento de pertencimento ao território do Grajaú e incentiva práticas voltadas para a valorização da cultura local e para a transformação social.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o ensino de História como agente transformador no território do Grajaú, destacando sua contribuição para a formação cidadã, para o fortalecimento da identidade cultural e para a construção de uma consciência histórica crítica. Para

alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em estudos sobre ensino de História, educação, memória, território e transformação social.

FUNDAMENTACAO TEÓRICA

Importância do ensino da disciplina História

Conhecer a história, especialmente a do contexto em que o indivíduo está inserido, constitui um elemento central para a sua formação integral, para a construção de sua identidade pessoal e coletiva, e para o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo, além de permitir que ele se perceba e atue como agente capaz de transformar a realidade ao seu redor. Como bem destaca Mattoso (2006), não se trata de uma questão de gosto, mas de reconhecimento de que “sem ela não se pode compreender o mundo em que vivemos (...)” (MATTOSO, 2006, pp. 14-17, apud BOAS, 2022, p. 34). Isso significa que, sem o conhecimento histórico, não é possível entender as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que estruturam a sociedade, nem compreender a si mesmo e aos outros, pois toda experiência humana está enraizada em processos que se desenrolam ao longo do tempo.

Essa perspectiva encontra ressonância nas diretrizes educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, que, ao tratar das relações culturais, ressalta que o conhecimento histórico está diretamente ligado à construção do sujeito. Esse processo se inicia quando a criança passa a distinguir o “Eu” do “Outro”, e essa distinção não é apenas cognitiva, mas também histórica: ao perceber que existem outras pessoas, outros grupos e outras formas de viver, ela também compreende a sua própria existência como parte de uma coletividade, de uma família, de uma comunidade e de uma sociedade mais ampla. Nesse percurso, o ensino de História oferece os referenciais necessários para que o indivíduo desenvolva autonomia, consciência de si e capacidade de interagir com o mundo de forma crítica e responsável (BRASIL, 2018, p. 403).

Para compreender melhor essa importância, é fundamental analisar como o ensino de História impacta diferentes dimensões da experiência humana, começando pela formação da identidade individual e social dos estudantes.

Na formação da identidade individual e social dos estudantes, a identidade pode ser compreendida como o conjunto de traços, valores, memórias, costumes e referências que caracterizam uma pessoa, um grupo ou uma sociedade e estabelecem as diferenças e as semelhanças entre eles. Trata-se de uma construção contínua, dinâmica e profundamente ligada à história, pois é por meio do conhecimento do passado que cada indivíduo passa a entender quem é, de onde vem e a qual grupo pertence. Como afirmam Lima et al. (2007, p. 371), “a formação de identidades baseia-se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas”. Nesse sentido, o estudo da História deixa de ser apenas uma atividade escolar e se torna um processo fundamental de autoconhecimento e de reconhecimento do outro.

Circe Bittencourt (2018) reforça essa ideia ao explicar que o ensino de História tem como uma de suas funções centrais possibilitar que os alunos compreendam as raízes dos grupos sociais a que pertencem, assim como as origens das tradições, dos valores e das formas de organização que estruturam a sua vida em sociedade. Para a autora, não se trata apenas de transmitir nomes, datas ou acontecimentos isolados, mas de construir uma consciência histórica que permita ao estudante perceber a sua própria existência como parte de um tempo mais longo, que se estende do passado ao presente e projeta-se no futuro. Ao estudar a história do seu bairro, da sua cidade, da sua região ou do seu país, o aluno entra em contato com as memórias, as lutas, as conquistas e as experiências de gerações anteriores, e isso influencia diretamente a forma como ele se vê e como se relaciona com o mundo ao seu redor (BITTENCOURT, 2018).

Essa ligação entre história e identidade também está ligada à ideia de memória coletiva, conceito que Galzerani (2008) aprofunda ao defender que a História e a memória são fundamentais para que os grupos sociais mantenham suas referências e se reconheçam como sujeitos de uma trajetória comum. No ambiente escolar, ao trabalhar com conteúdos que envolvem a história local, por exemplo, o ensino de História aproxima o conhecimento escolar da realidade vivida pelo aluno, tornando o aprendizado mais significativo e fortalecendo os laços de pertencimento. De Barros (2013) ressalta que a história local é um recurso essencial nesse processo, pois permite que o estudante perceba que a história não acontece apenas em lugares distantes ou com personagens famosos, mas também no espaço onde ele vive, construída por pessoas comuns, como ele e sua família. Dessa forma, o conhecimento histórico deixa de ser algo abstrato e passa a ser parte integrante da sua própria vida (DE BARROS, 2013).

Ao longo da trajetória do ensino de História no Brasil, essa dimensão identitária foi ganhando cada vez mais espaço, conforme analisam Nadai (1992) e dos Santos Schmidt (2012). No início, o ensino de História era centrado em uma narrativa única, voltada para a formação de uma identidade nacional homogênea, que muitas vezes deixava de lado as diferentes culturas, origens e experiências que compõem a sociedade brasileira. Com o passar do tempo, porém, houve uma grande transformação: o ensino passou a valorizar a diversidade, a considerar diferentes sujeitos históricos e a reconhecer que existem múltiplas versões e interpretações do passado. Fernandes (2005) destaca que essa mudança é fundamental para a formação da identidade, pois permite que cada aluno se reconheça na história, independentemente de sua origem, etnia, religião ou condição social, e que compreenda que a sociedade é formada por diferentes grupos, cada um com a sua própria trajetória e contribuição. Essa perspectiva também é compartilhada por Silva e Fonseca (2010), que apontam como uma das grandes conquistas do ensino de História nas últimas décadas a capacidade de trabalhar com a pluralidade, evitando visões simplistas ou únicas sobre o passado e sobre a própria sociedade.

Além disso, Ferreira e Franco (2008) lembram que o ensino de História desempenha um papel importante ao permitir que os alunos compreendam as desigualdades, os conflitos e as relações de poder que marcaram e ainda marcam a história do país. Ao entender como essas relações se formaram e como se mantêm, o estudante desenvolve uma visão crítica sobre a realidade e passa a entender a sua própria identidade também como algo que se constrói dentro dessas relações. Monteiro e Penna (2011) completam essa ideia ao afirmar que o ensino de História deve ser compreendido como um espaço de diálogo entre diferentes saberes — o saber histórico produzido pela ciência, os saberes da tradição, da memória e da cultura — e que esse diálogo é essencial para formar identidades que sejam ao mesmo tempo enraizadas na sua própria realidade e abertas ao outro e à diversidade.

Outro aspecto relevante, apontado por Bittencourt (2003), é que o ensino de História também contribui para a construção de uma identidade ligada ao meio ambiente e ao espaço vivido. Ao estudar como as relações entre as sociedades e a natureza se transformaram ao longo do tempo, o aluno passa a compreender o seu lugar no mundo e a importância de cuidar do espaço onde vive, fortalecendo também a sua identidade como parte de um todo maior. Nesse mesmo sentido, Teixeira (2008) defende a educação patrimonial como uma estratégia fundamental dentro do ensino de História, pois ao estudar os bens culturais, os monumentos, as tradições e as manifestações culturais do seu entorno, o aluno desenvolve um sentimento de pertencimento e de cuidado com o patrimônio, que é também parte fundamental da sua identidade e da sua história.

Em resumo, o ensino de História vai muito além da simples transmissão de conteúdos ou da memorização de datas e fatos. Ele é o caminho pelo qual os indivíduos compreendem quem são, de onde vêm e com quem convivem. Ao trabalhar com a história, com a memória, com a diversidade e com o patrimônio, a disciplina ajuda a construir identidades fortes, conscientes, críticas e abertas, capazes de valorizar as suas próprias raízes e, ao mesmo tempo, respeitar e conviver com as diferenças que tornam a sociedade humana tão rica e plural.

Na formação para a cidadania

A cidadania figura como um dos alicerces centrais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o Art. 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, ao definir o país como Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a dignidade da pessoa humana, os valores do trabalho, o pluralismo político e, essencialmente, a cidadania. O texto constitucional ainda reforça que todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes, o que torna o exercício consciente e participativo da cidadania uma exigência para o funcionamento democrático (BRASIL, 1988). Diante disso, surgem questões fundamentais: os cidadãos estão realmente preparados para assumir esse papel? Os estudantes, na educação básica, estão recebendo formação adequada para o exercício pleno de seus direitos e deveres?

Historicamente, a preocupação com a formação cidadã não esteve sempre presente nos sistemas educacionais, e em muitos momentos a escolarização não garantiu aos indivíduos o conhecimento necessário para compreender e exercer a cidadania. Grande parte da população, ainda hoje, não domina o sentido real desse conceito, nem sabe como colocá-lo em prática — uma situação que resulta, sobretudo, de lacunas na formação escolar. Nesse cenário, a disciplina de História se destaca como um dos pilares estruturantes dessa formação, assumindo, desde o final do século XIX, a tarefa de contribuir para a constituição do cidadão, o que fez com que o próprio Estado passasse a definir os contornos do que se entendia por cidadania a ser ensinada (NADAI, 1992; DOS SANTOS SCHMIDT, 2012).

É importante reconhecer que o conceito de cidadania não é fixo; ele se transformou ao longo dos períodos históricos, conforme mudaram as sociedades, as relações de poder e os direitos reconhecidos. Ainda assim, não há uma definição única e definitiva. Para Bonito (2022, p. 63), a cidadania deve ser compreendida como um processo, tanto individual quanto coletivo, que “exige de cada indivíduo, e daqueles com quem interage, uma reflexão e tomada de consciência, uma decisão, e uma ação sobre os problemas sentidos por si e pela sociedade”. Nesse sentido, a educação aparece como alicerce indispensável: sem formação adequada, não há como desenvolver essa consciência e essa capacidade de intervenção. Boas (2022, p. 18) também reforça que a “Educação para a Cidadania é uma das preocupações, e bem, dos estados democráticos atuais e do setor educativo”, sendo um compromisso central da escola.

O ensino de História desempenha papel insubstituível nesse processo, como destacam Miranda e Schier (2016), ao defenderem que conhecer o passado é condição para entender o presente e construir o futuro, além de ser caminho essencial para a formação cidadã que se realiza no espaço escolar. Circe Bittencourt (2018) aprofunda essa ideia, explicando que a disciplina permite ao aluno compreender como se constituíram as instituições, as leis, os direitos e as relações que organizam a vida em sociedade. Ao estudar as lutas, os movimentos sociais, as conquistas e os conflitos que marcaram a história do Brasil e do mundo, o estudante percebe que os direitos que hoje existem — como o voto, a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei — não foram dados de graça, mas construídos ao longo do tempo, por meio de ações coletivas. Esse conhecimento é fundamental para que ele valorize esses direitos, entenda seus deveres e se sinta responsável por defendê-los e ampliá-los.

Além disso, o ensino de História contribui para a formação cidadã ao trabalhar com a diversidade cultural, social e étnica que compõe a sociedade. Como defende Fernandes (2005), ao abordar diferentes sujeitos históricos, culturas e formas de viver, a disciplina ensina o respeito às diferenças e ao pluralismo, princípios essenciais para a convivência democrática. Ferreira e Franco (2008) também apontam que um dos grandes desafios do ensino de História é justamente formar cidadãos capazes de analisar criticamente a realidade, identificar desigualdades e compreender as relações de poder que moldam a vida social. Sem essa capacidade de análise, o exercício da cidadania fica reduzido a formalidades, sem participação efetiva.

Monteiro e Penna (2011) explicam ainda que o ensino de História, ao articular saberes históricos, memórias e experiências, cria um espaço de diálogo no qual o aluno aprende a ouvir, a argumentar e a posicionar-se — habilidades indispensáveis à vida democrática. Silva e Fonseca (2010) lembram que, ao longo do tempo, a disciplina passou por transformações importantes: deixou de ser apenas uma

narrativa de fatos para se tornar um espaço de reflexão, no qual se ensina a pensar historicamente, ou seja, a compreender que o presente é resultado de processos históricos e que o futuro depende das escolhas que fazemos hoje.

De forma complementar, De Barros (2013) ressalta que o trabalho com a história local aproxima ainda mais o aluno da realidade, mostrando que a cidadania se exerce também no espaço próximo — no bairro, na cidade, na comunidade — e que cada pessoa pode e deve participar da vida coletiva. Galzerani (2008) acrescenta que a relação entre memória, história e tempo ajuda a construir uma consciência de pertencimento, fundamental para que o indivíduo se sinta parte de uma sociedade e se comprometa com o seu bem-estar.

Também é válido destacar, conforme Bittencourt (2003), que a formação cidadã no ensino de História inclui a compreensão das relações entre sociedade e meio ambiente, formando cidadãos conscientes de seu papel na preservação da vida e do patrimônio comum. Nesse mesmo sentido, Teixeira (2008) defende que a educação patrimonial, como parte do ensino de História, leva o aluno a conhecer, valorizar e cuidar dos bens culturais e naturais, entendendo-os como herança coletiva e como parte dos direitos de todos.

Portanto, como resume Boas (2022, p. 35), o ensino de História não é apenas transmissão de conteúdos, mas uma prática que possibilita ao estudante compreender o mundo e a si mesmo, desenvolvendo as bases para uma cidadania ativa, consciente e responsável. Sem essa formação, a cidadania continua sendo apenas um princípio constitucional, mas não uma realidade vivida pela maioria da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo enfatiza a relevância do ensino de História como agente transformador no território do Grajaú, evidenciando sua contribuição para a formação crítica dos estudantes e para o fortalecimento dos vínculos entre escola, comunidade e identidade local. Ao possibilitar a compreensão dos processos históricos que influenciam a realidade social, o ensino de História favorece o desenvolvimento da cidadania e da participação consciente dos indivíduos na sociedade.

A revisão bibliográfica realizada demonstrou que a valorização da história local e das experiências vivenciadas pela comunidade contribui para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativos. Ao reconhecerem suas origens, memórias e manifestações culturais, os estudantes ampliam seu sentimento de pertencimento ao território e desenvolvem uma compreensão mais ampla sobre seu papel como sujeitos históricos capazes de promover mudanças em seu contexto social.

A aplicação da teoria da fundamentação teórica significa tirar o estudante do papel de espectador passivo e transformá-lo em pesquisador, crítico e agente. A escola deixa de ser o lugar onde se decora o passado e passa a ser o espaço onde se compreende o presente para projetar o futuro.

Além disso, verificou-se que o ensino de História pode atuar como instrumento de transformação social ao estimular o pensamento crítico, o respeito à diversidade cultural e a reflexão sobre os desafios enfrentados pela comunidade. Dessa forma, a escola torna-se um espaço de construção de conhecimentos, valores e práticas voltados para a promoção da inclusão, da justiça social e do fortalecimento da democracia.

Para transformar essa teoria em realidade escolar, a gestão e os professores podem implementar uma série de ações práticas, projetos e metodologias que seriam momentos de transformação da realidade social local e de diálogo pleno entre a comunidade escolar, ou seja, momentos em que os estudantes e os familiares se tornam protagonistas do processo escolar e são provocados pelas ações e iniciativas da unidade e pelo projeto desenvolvido.

Projetos de História Oral (Entrevistas)

Os estudantes podem entrevistar moradores mais antigos do bairro, comerciantes, trabalhadores da própria escola ou seus avós, como a palavra dos anciãos, como fontes imateriais necessárias. Isso

transforma pessoas comuns em fontes históricas e ajuda a registrar a memória coletiva da comunidade (Galzerani, 2008).

Biografias de Sujeitos Invisibilizados

Aprofundar e dialogar com o que já existe no Currículo da Cidade e acrescentar no planejamento das aulas e no planejamento e projetos da unidade, oficinas e pesquisas sobre personagens históricos que representem a diversidade étnico-racial, de gênero e social do Brasil (líderes indígenas, quilombolas, mulheres cientistas, movimentos operários), para que seja possível combater de modo antirracista a visão eurocêntrica e homogênea, configurando outras possibilidades de outras leituras históricas e de outras narrativas.

Aulas de Campo e Inventário Patrimonial

Visitas guiadas a museus locais, casas de cultura, centros culturais, bibliotecas públicas, prédios históricos, patrimônios tombados (ou mesmo feiras livres e festas populares, que são patrimônios imateriais). Os estudantes podem produzir relatórios fotográficos ou minidocumentários em vídeo. Além disso, é possível a produção de podcasts e o registro de vlogs ou blogs para circulação interna com mediação do professor para apresentação à comunidade escolar.

Simulações de Assembleias e Júris Populares

Julgamentos simulados de grandes dilemas históricos ou debates sobre leis atuais (como os direitos conquistados descritos na Constituição de 1988). Isso desenvolve a capacidade de ouvir, argumentar e se posicionar criticamente (Monteiro e Penna, 2011). Além disso, debater leis como “Maria da Penha”, “Feminicídio”, “Racismo”, “O direito de realizar movimentos migratórios”, “Liberdade religiosa”, podem favorecer o entendimento de que alguns preconceitos criados são trazidos para as unidades após a construção realizada no microcosmos do estudante e na convivência do estudante com seu núcleo escolar repleto de pressões e, em diversos casos, repletos de intolerância, violência e vulnerabilidade. Conclui-se que o ensino de História, quando articulado às vivências e às especificidades do território do Grajaú, ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e assume uma função social relevante na formação de cidadãos conscientes, participativos e comprometidos com o desenvolvimento de sua comunidade. Assim, é fundamental que educadores e instituições escolares continuem valorizando abordagens que integrem a história local ao currículo, fortalecendo a relação entre conhecimento histórico, identidade cultural e transformação social.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

DE BARROS, Carlos Henrique Farias. Ensino de História, memória e história local. **Criar Educação**, v. 2, n. 2, 2013.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

DOS SANTOS SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 21, p. 79-94, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação e Realidade**, v. 36, n. 01, p. 191-211, 2011.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista brasileira de história**, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. **História & Ensino**, v. 9, p. 37-61, 2003.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de História. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 28, p. 15-32, 2008.